

Eólica Serra das Vacas III S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Serra das Vacas III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Serra das Vacas III S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$69.244 mil em 31 de dezembro de 2019, decorrente da reclassificação de empréstimos e financiamentos do passivo não circulante para o passivo circulante. A reclassificação deu-se em função de os contratos conterem cláusula estabelecendo que os credores poderão declarar vencimento antecipado da dívida no caso de a Companhia não atingir o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") de 1,20 sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo, evento esse que ocorreu em 31 de dezembro de 2019, no qual, de acordo com os cálculos da Companhia, o índice consolidado do ICSD foi de 1,11. Embora a reclassificação tenha sido efetuada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os contratos de empréstimos e financiamentos estabelecem que, se a Companhia não atingir o índice acima mencionado, para restabelecê-lo, deverá efetuar depósito garantia na conta de complementação do ICSD no montante necessário para que o cálculo do referido índice atinja 1,20. A Administração efetuou, subsequentemente a 31 de dezembro de 2019, o depósito garantia na conta de complementação do ICSD, para garantir a manutenção do índice financeiro estabelecido. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2019	2018	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2019	2018
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	446	10	Fornecedores		72	88
Títulos e valores mobiliários	5	1.954	8.609	Arrendamentos		35	-
Contas a receber	6	1.839	2.242	Empréstimos e financiamentos	10	60.906	4.868
Impostos e contribuições a recuperar		280	300	Dividendos a pagar	13.4	2.964	3.465
Outros ativos		481	15	Obrigações tributárias		225	350
Total dos ativos circulantes		<u>5.000</u>	<u>11.176</u>	Ações preferenciais resgatáveis	11	7.583	9.478
				Outros Passivos		<u>2.459</u>	<u>141</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>74.244</u>	<u>18.390</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	7	3.157	3.319	Arrendamentos		1.837	-
Imobilizado	8	109.182	111.671	Empréstimos e financiamentos	10		58.535
Intangível	9	<u>378</u>	<u>364</u>	Partes Relacionadas		4.000	-
Total dos ativos não circulantes		<u>112.717</u>	<u>115.354</u>	Outros passivos		<u>372</u>	<u>1.247</u>
				Total dos passivos não circulantes		<u>6.209</u>	<u>59.782</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	13	38.176	48.176
				Lucros (prejuízos) acumulados		<u>(912)</u>	<u>182</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>37.264</u>	<u>48.358</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>117.717</u>	<u>126.530</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>117.717</u>	<u>126.530</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2019	2018
RECEITA LÍQUIDA	14	14.456	24.105
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	15	(8.536)	(9.437)
LUCRO BRUTO		<u>5.920</u>	<u>14.668</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	16	(177)	(319)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas			5
LUCRO OPERACIONAL		<u>5.743</u>	<u>14.354</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	17	633	456
Despesas financeiras	17	<u>(6.780)</u>	<u>(7.827)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(6.147)</u>	<u>(7.371)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	18	<u>(690)</u>	<u>(910)</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(1.094)</u>	<u>6.073</u>
Número de ações ordinárias integralizadas - em milhares		<u>38.176</u>	<u>48.176</u>
Lucro líquido (Prejuízo) por ação (em reais - R\$)		<u>(0,03)</u>	<u>0,13</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(1.094)	6.073
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(1.094)</u>	<u>6.073</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social integralizado				Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital subscrito	Reservas de capital	Ajuste para adequação às normas do CPC	Reserva legal		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		51.043	8.380	(11.247)	-	(2.426)	45.750
Ações preferenciais resgatáveis	11	-	(1.769)	-	-	-	(1.769)
Ajuste para adequação às normas do CPC	11	-	-	1.769	-	-	1.769
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.073	6.073
Constituição de reserva de legal	13	-	-	-	182	(182)	-
Distribuição de dividendos	13	-	-	-	-	(3.465)	(3.465)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		51.043	6.611	(9.478)	182	-	48.358
Ações preferenciais resgatáveis	11	-	(1.895)	-	-	-	(1.895)
Ajuste para adequação às normas do CPC		-	-	1.895	-	-	1.895
Redução de capital	13.1	(10.000)	-	-	-	-	(10.000)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(1.094)	(1.094)
Absorção de reserva com prejuízo do exercício		-	-	-	(182)	182	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		41.043	4.716	(7.583)	0	(912)	37.264

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>		
	explicativa	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		(1.094)	6.073
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	8 e 9	5.572	5.488
Apropriação de juros sobre arrendamentos	3.14 a)	77	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	10	5.212	5.749
Apropriação de custos sobre empréstimos	10	33	33
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas		(617)	(456)
Valor residual da baixa do imobilizado/intangível		35	-
Variação de ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		402	720
Impostos e contribuições a recuperar		20	(73)
Outros ativos		(465)	118
Fornecedores		(15)	(1.505)
Obrigações tributárias		528	871
Outros passivos		1.070	32
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	10	(5.037)	(5.310)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(654)	(928)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>5.067</u>	<u>10.812</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários		7.433	(8.378)
Aquisição de bens do ativo imobilizado/intangível	8 e 9	<u>(878)</u>	<u>(45)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>6.555</u>	<u>(8.423)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Redução de Capital	13.1	(6.000)	-
Resgate de ações preferenciais resgatáveis	11	(1.895)	(1.769)
Dividendos a pagar		(500)	-
Arrendamentos pagos	3.14 a)	(86)	-
Empréstimos e financiamentos pagos	10	<u>(2.705)</u>	<u>(2.459)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(11.186)</u>	<u>(4.228)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>436</u>	<u>(1.839)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no início do exercício		10	1.849
Saldo no fim do exercício		446	10
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>436</u>	<u>(1.839)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS III S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Serra das Vacas III S.A. ("Companhia") é uma "Sociedade por Ações" de capital fechado, sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1931, 7º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a geração e a comercialização de energia elétrica por fonte eólica.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$69.244, decorrente, substancialmente, da reclassificação dos saldos de "Empréstimos e Financiamentos" do longo para o curto prazo, conforme evidenciado na nota explicativa nº 10. A reclassificação desse montante para o Passivo Circulante deveu-se exclusivamente ao atendimento do disposto do item 69 do CPC 26 (R1), em razão dos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") determinado nos contratos. Conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, caso a Companhia não atinja o ICSD previsto de 1,20, mas o mesmo seja superior ou igual a 1,10, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20, o que foi realizado, subsequentemente a 31 de dezembro de 2019, a fim de se assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida.

2. CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1. A Companhia tem seu parque eólico instalado no município de Paratama, estado de Pernambuco e operou em fase de testes até o fim do exercício de 2015 e em janeiro de 2016, iniciou suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

Através das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 251 de 4 de junho de 2014, posteriormente atualizada pela resolução autorizativa 5536, de 27 de outubro de 2015, foi autorizada a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

A Companhia, participou do 17º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 18 de novembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 09/2013-ANEEL. Em 28 de novembro de 2014, a Companhia assinou os CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, com as respectivas distribuidoras de energia. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de janeiro de 2016.

A Companhia ofertou, em 26 de dezembro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica ao Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSD, para o exercício de 2018.

A Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019, retomou a destinação de sua produção de geração de energia aos CCEARs.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível, (b) provisão para recuperação dos ativos, (c) provisão para desmobilização. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.

- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

3.4. Instrumentos financeiros - Passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e ações preferenciais resgatáveis, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos CCEARs são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no âmbito do mercado regulado e não regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.6. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos. A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.7. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos seus ativos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em 5 anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.9. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos dos empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os controles mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.14. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
CPC 06 (R2) Arrendamentos (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	Aplicação em exercícios anuais, iniciados em 1º de janeiro de 2019, com alteração na contabilização e classificação dos arrendamentos mercantis. A Administração da Companhia avaliou os impactos do CPC 06 (R2), conforme evidenciado abaixo.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não tem impacto relevante nas demonstrações financeiras.

CPC 06 R2 (IFRS 16) – “Operações de Arrendamento Mercantil”

A norma entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

A Companhia avaliou os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma. Essa avaliação foi segregada da seguinte forma: (i) levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transição; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e (iv) impactos da adoção inicial.

A Administração realizou um inventário dos contratos e, fazendo uma análise dos tipos de contratos que se enquadram no escopo do arrendamento, identificou as seguintes classificações: (a) isenções: (i) prazo de vigência menor que doze meses; (ii) contratos de baixo valor; (iii) contratos que não possuem prazo determinado; e (iv) contratos que a Companhia não possui controle do ativo, e (b) contratos que a Companhia possui controle do ativo e existe contraprestação.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada que não exigiu a rerepresentação dos valores, não impactou o patrimônio líquido e o cálculo de dividendos ou da distribuição de juros sobre capital próprio e possibilitou a utilização de expedientes práticos.

A Companhia possui contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma, a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente, considerando o prazo remanescente dos contratos, e aplicando taxa de desconto incremental. Tal taxa de desconto, corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de "Arrendamentos" do balanço patrimonial e são devidos como segue:

Mais de 5 anos	
Total dos pagamentos mínimos	4.063
Encargos financeiros futuros	(2.191)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>1.872</u>
Circulante	35
Não circulante	<u>1.837</u>
	<u>1.872</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue

Arrendamentos	
Adoção em 1 de janeiro de 2019	1.854
Atualização monetária	27
Apropriação de juros	77
Amortizações	(86)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.872</u>

b) A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente.

Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e podem ser apresentados conforme segue:

Direito de Uso	
Adoção em 1 de janeiro de 2019	1.854
Atualização monetária	27
Depreciação	(34)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>1.847</u>

3.15. Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (<i>Conceptual Framework</i>) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do CPC 00 (R2) e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	1	1
Depósitos bancários	441	2
Aplicações financeiras (*)	4	7
Total	<u>446</u>	<u>10</u>

(*) Refere-se a aplicações financeiras realizadas com o Banco Itaú, com rendimentos de 75% do Certificado de Depósito Interbancário, com liquidez imediata e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>1.954</u>	<u>8.609</u>

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os rendimentos médios foram de 96,53% do CDI (97,63% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2018).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecimento de energia elétrica ACL e MCP (a)	-	2.242
Fornecimento de energia elétrica CCEAR (b)	<u>1.839</u>	<u>2.242</u>
	<u>1.839</u>	<u>2.242</u>

(a) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no ACL - Ambiente de contratação livre e de fornecimento de energia elétrica liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

(b) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no CCEAR

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS (CAIXA RESTRITO)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	3.157	3.319

(*) Referem-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os rendimentos médios foram de 96,53% do CDI (97,63% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2018).

Saldo correspondente ao valor necessário para perfazer, no mínimo, o montante equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação do serviço da dívida do empréstimo com o BNDES mencionado na nota explicativa nº 10.

8. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

	<u>Terreno</u>	<u>Material em depósito</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2	239	241
Aquisições	35	-	35
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>37</u>	<u>239</u>	<u>276</u>
Baixa	(35)	-	(35)
Aquisições	-	510	510
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2</u>	<u>749</u>	<u>751</u>

b) Imobilizado em serviço

	Terreno	Edificações, obras civis benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de Uso	Provisão para desmobilização	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	350	17.863	98.641	28	-	-	116.882
Depreciações	-	(657)	(4.828)	(2)	-	-	(5.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	350	17.206	93.813	26	-	-	111.395
Aquisições	-	-	254	99	-	-	353
Arrendamentos	-	-	-	-	1.881	-	1.881
Provisão para desmobilização (*)	-	-	-	-	-	372	372
Depreciações	-	(657)	(4.835)	(2)	(34)	(43)	(5.571)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	350	16.549	89.232	123	1.847	329	108.430
Segregado em:							
Custo	350	19.178	108.552	137	1.881	372	130.470
Depreciação acumulada	-	(2.629)	(19.320)	(14)	(34)	(43)	(22.040)
Total	350	16.549	89.232	123	1.847	329	108.430
Vida útil média - em anos	-	31,04	15,29	16,0			
Taxa média de depreciação - em %	-	3,22	6,54	6,25			
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2019							109.182
Total geral - líquido em 31 de dezembro de 2018							111.671

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

9. INTANGÍVEL

	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	346	9	355
Aquisições	-	10	10
Amortização	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	346	18	364
Aquisições	-	15	15
Amortização	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	346	32	378
Segregado em:			
Custo	346	40	386
Amortização acumulada	-	(8)	(8)
Total	346	32	378
Vida útil média - em anos		5	
Taxa média de depreciação - em %		20	

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Empréstimos e financiamentos

A Companhia captou um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados à Companhia têm como data final de amortização 15 de julho de 2032.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos e geração de caixa), calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
BNDES	61.328	63.858
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(422)</u>	<u>(455)</u>
Total	<u>(60.906)</u>	<u>63.403</u>
Segregado entre:		
Circulante	60.906	4.868
Não circulante	-	<u>58.535</u>
Total	<u>60.906</u>	<u>63.403</u>

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de agosto de 2016 a 15 de julho de 2032. O principal é atualizado por TJLP + 2,45% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

As garantias dadas ao referido contrato são ações da Eólica Serra das Vacas Holding S.A.; Ações das empresas Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

A Companhia tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

Por fim, note-se que o empréstimo em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não atingiu o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,11. Desta forma, as controladas da Companhia procederam com a transferência de todo o saldo da dívida do longo para curto prazo.

Conforme previsto na cláusula sexta do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, caso não seja atingido o índice de 1,20, mas o ICSD apurado seja superior a 1,10, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20. A Companhia realizou o referido depósito em 26 de março de 2020 no montante de R\$3.663, a fim de assegurar a não execução do vencimento antecipado da dívida.

Ainda conforme previsto nas cláusulas contratuais, a Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	65.390
Amortização de principal	(2.459)
Amortização de juros	(5.310)
Juros incorridos	5.749
Apropriação de custos de transação	33
Saldo em 31 de dezembro 2018	<u>63.403</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	63.403
Amortização de principal	(2.705)
Amortização de juros	(5.037)
Juros incorridos	5.212
Apropriação de custos de transação	33
Saldo em 31 de dezembro 2019	<u>60.906</u>

A Controladora, Eólica Serra das Vacas Holding S.A., atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

11. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>7.583</u>	<u>9.478</u>

Em 29 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$12.312.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2029 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 7.260.540. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	1,6956	0,3948	1,3008

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$2.867, e parte como reserva de capital no montante de R\$9.445. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Devido à falta de previsão específica na legislação societária para refletir os requisitos previstos no CPC, a Companhia criou uma conta específica no Patrimônio Líquido, denominada ajuste para adequação às normas do CPC, com o objetivo de apenas refletir os efeitos deste ajuste. Portanto, o valor total de emissão deduzido dos desembolsos realizados até 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$7.583, foi registrado como passivo circulante na Companhia, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>7.260.540</u>	<u>12.312</u>	<u>(2.867)</u>	<u>9.445</u>

	Movimentação 2018				
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital			
		31/12/2017	Valor resgatado	Total reserva	31/12/2018
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>2.867</u>	<u>8.380</u>	<u>(1.769)</u>	<u>6.611</u>	<u>9.478</u>

	Movimentação 2019				
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital			
		31/12/2018	Valor resgatado	Total reserva	31/12/2019
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>2.867</u>	<u>6.611</u>	<u>(1.895)</u>	<u>4.716</u>	<u>7.583</u>

12. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos assessores legais, determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía processos judiciais avaliados como risco de perda provável e ainda como risco de perda possível.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

Em 08 de outubro de 2019, a Companhia deliberou em Assembleia Extraordinária a redução de capital por considera-lo excessivo, no montante de R\$10.000. A redução dar-se á mediante o cancelamento de 10.000.000 ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é no montante de R\$41.043 (R\$51.043 em 31 de dezembro de 2018) dividido em: (i) 38.176.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 3.753,972 ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal, conforme segue

	2018				
	Capital subscrito e integralizado	Ações preferenciais resgatáveis	Total do capital integralizado	Quantidade de ações	%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>48.176</u>	<u>2.867</u>	<u>51.043</u>	<u>53.258</u>	100%

	2019					
	Capital subscrito e integralizado	Redução de capital	Ações preferenciais resgatáveis	Total do capital integralizado	Quantidade de ações	%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>48.176</u>	<u>(10.000)</u>	<u>2.867</u>	<u>41.043</u>	<u>41.801</u>	100%

13.2. Partes relacionadas

O fluxo de pagamento da redução de capital possui previsão de liquidação até 2021.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	<u>4.000</u>	<u>-</u>

13.3. Reserva legal

Constituída com 5% do lucro do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

13.4. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

14. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Suprimento de energia elétrica – ACL e MCP	266	25.154
Suprimento de energia elétrica – CCEAR	16.055	-
Sobras e déficit da obrigação contratual – CCEAR	<u>(1.202)</u>	<u>-</u>
Receita Bruta	15.119	25.154
Deduções:		
PIS e COFINS	(596)	(992)
Taxa de fiscalização da ANEEL	<u>(67)</u>	<u>(57)</u>
Total	(663)	(1.049)
Total de Receita Líquida	<u>14.456</u>	<u>24.105</u>

15. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Energia comprada para revenda	(41)	(494)
Depreciação e amortização	(5.572)	(5.488)
Serviços de terceiros	(1.557)	(2.030)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(735)	(680)
Arrendamentos e alugueis	(126)	(191)
Material	(357)	(533)
Outros	<u>(148)</u>	<u>(21)</u>
	<u>(8.536)</u>	<u>(9.437)</u>

16. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços de terceiros	(171)	(318)
Outras despesas	(6)	(1)
Total	<u>(177)</u>	<u>(319)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	<u>2019</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	617	456
Outras	16	-
Total	<u>633</u>	<u>456</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamento	(5.212)	(5.749)
Comissão fiança	(1.237)	(1.729)
Outras	(331)	(349)
Total	<u>(6.780)</u>	<u>(7.827)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(6.147)</u>	<u>(7.371)</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras, está apresentada a seguir:

	<u>2019</u>		<u>2018</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Suprimento de energia	16.321	16.321	25.154	25.154
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	1.306	1.959	2.012	3.018
Receitas financeiras	617	617	456	456
Outras receitas	16	16	5	5
Base de cálculo	1.939	2.592	2.473	3.479
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(291)	(233)	(371)	(313)
Adicional de IRPJ	(166)		(226)	-
Total	<u>(457)</u>	<u>(233)</u>	<u>(597)</u>	<u>(313)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>(690)</u>		<u>(910)</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os principais instrumentos financeiros referem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras vinculadas, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de mercado. Os valores contábeis já estão divulgados nas demais notas explicativas referentes a esses instrumentos financeiros.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	<u>Classificação</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ATIVOS			
	Valor justo por		
Caixa e equivalente de caixa	meio do resultado	446	10
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	1.954	8.609
Contas a receber	Custo amortizado	1.839	2.242
Aplicações financeiras vinculadas	Custo amortizado	3.157	3.319
PASSIVOS			
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	60.906	63.403
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.000	-
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	7.583	9.478
Outros passivos	Custo amortizado	2.831	1.388
Arrendamentos	Custo amortizado	1.872	-
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2.964	3.465

b) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos circulantes da Companhia excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$69.244 (R\$7.214 em 31 de dezembro de 2018). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes refere-se à reclassificação do saldo de “Empréstimos e financiamento”, conforme descrito na nota explicativa nº. 1, bem como à transação de Ações Preferenciais Resgatáveis (parte relacionada - Controladora) e ainda às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras. Apesar de não ter vencimento definido, a Controladora poderá resgatar as ações preferenciais até 2029, de acordo com o fluxo de caixa projetado. Portanto: (i) a Administração entende que não haverá desembolsos relevantes durante o ano de 2020; e (ii) com relação à dívida do BNDES, a Administração entende que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia.

d) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

e) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia, em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- TJLP: 5.57%.

CDI - acumulado últimos 12 meses: 5.94%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Companhia, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

	2019	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Aplicações financeiras vinculadas	3.157	CDI	188	234	281
Títulos e valores mobiliários	1.954	CDI	116	145	174
Empréstimos e financiamentos	<u>(60.906)</u>	TJLP 2,45%	<u>(4.885)</u>	<u>(6.106)</u>	<u>(7.327)</u>
	<u>(55.795)</u>		<u>(4.581)</u>	<u>(5.727)</u>	<u>(6.872)</u>

g) Risco de capitalização

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Dívida de empréstimos, financiamentos	60.906	63.403
Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas	<u>(5.557)</u>	<u>(11.938)</u>
Dívida líquida	55.349	51.465
Patrimônio líquido	<u>37.264</u>	<u>48.358</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>149%</u>	<u>106%</u>

20. COMPROMISSOS

- a) A Companhia mantém compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$1.500 ao ano, com vencimento em 2026, ao qual possuem reajuste anual pelo IPCA.

21. SEGUROS

A Companhia, através de sua Controladora possui apólices de seguros, cujas coberturas são:

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2019	19/12/2020	Controladora e controladas
Riscos operacionais - Parque eólico das investidas	120.000	19/12/2019	19/12/2020	Controladas

22. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2019, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, está não está refletida na demonstração do fluxo de caixa:

	<u>2019</u>
Adoção inicial – CPC 06 (R2) – arrendamentos/imobilizado	1.881
Provisão para desmobilização – outros passivos/imobilizado	372

23. EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 26 de março de 2020 a controladora da Companhia realizou depósito em conta de complementação do ICSD no montante de R\$3.663, valor necessário para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 30 de março de 2020.